



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS ANANINDEUA
FACULDADE DE TECNOLOGIA EM GEOPROCESSAMENTO

LUIZ SÉRGIO GOMES DA SILVA
MÁRCIO PEREIRA CORREA LOPES

ANÁLISE GEOESPACIAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
UMARIZAL - BAIÃO/PA

Ananindeua, PA

2022

LUIZ SÉRGIO GOMES DA SILVA
MÁRCIO PEREIRA CORREA LOPES

**ANÁLISE GEOESPACIAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
UMARIZAL - BAIÃO/PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Tecnologia em Geoprocessamento, da Universidade Federal do Pará – Campus Ananindeua, como requisito final para obtenção do título de Tecnólogo em Geoprocessamento.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Augusto Machado Vasconcelos

Ananindeua, PA

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D111a da Silva, Luiz Sérgio Gomes.
Análise geoespacial da comunidade quilombola de Umarizal / Luiz
Sérgio Gomes da Silva, Márcio Pereira Correa Lopes . — 2022.
45 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Marcelo Augusto Machado de
Vasconcelos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Ananindeua, Curso de
Geoprocessamento, Ananindeua, 2022.

1. quilombola. 2. geoprocessamento. 3. comunidades. 4.
socioeconômico. I. Título.

CDD 550

LUIZ SÉRGIO GOMES DA SILVA
MÁRCIO PEREIRA CORREA LOPES

**ANÁLISE GEOESPACIAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
UMARIZAL - BAIÃO/PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Tecnologia em Geoprocessamento, da Universidade Federal do Pará – Campus Ananindeua, como requisito final para obtenção do título de Tecnólogo em Geoprocessamento.

Data da Aprovação: **18/02/2022**

Conceito: **EXCELENTE**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Augusto Machado Vasconcelos
Orientador – UFPA

Prof. Dr. Paulo Celso Santiago Bittencourt
Examinador Interno – UFPA

Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes
Examinador Interno – UFPA

Ananindeua, PA
2022

AGRADECIMENTOS (Luiz Sérgio)

Agradeço à Deus pela graça da vida e pela força e coragem para concluir mais esta etapa da minha existência.

À minha esposa Glades e filhos Sérgio, Gustavo e Mabel pelo apoio e incentivo durante esta caminhada.

Aos professores do curso pelos ensinamentos que contribuíram para a construção do meu conhecimento acadêmico.

Ao colega Márcio Lopes, com quem dividi a construção deste trabalho.

A todos os colegas de curso que contribuíram de forma direta e indireta para que esta jornada tivesse êxito.

AGRADECIMENTOS (Marcio Lopes)

Agradeço antes de tudo ao meu Deus e criador por ter me proporcionado a oportunidade de ingressar no ensino superior e a ele dedico a minha vida e planos futuros, que seja feita a sua vontade na minha vida.

Agradeço aos meus pais que lutaram por tudo no meu desenvolvimento e caráter e a eles dedico esta conquista, a minha esposa que me incentivou nessa caminhada sempre me auxiliando nos meus estudos com sua parceria e compreensão, assim como aos meus familiares que desde o início se alegraram com minha conquista e hoje se alegram com a conclusão dessa etapa.

Aos professores da faculdade que sempre fizeram o melhor para passar seus conhecimentos e me incentivaram a fim de me tornar um profissional competente e apesar de estar concluindo esta etapa espero ainda ter outras experiências com eles e ao meu amigo e parceiro Luiz Sérgio por todo apoio e respeito, que não mediu esforços para fazer juntamente comigo este trabalho da melhor maneira possível.

RESUMO

O presente estudo foi realizado na comunidade remanescente quilombola Umarizal, localizada no município de Baião, estado do Pará e teve como objetivo detectar possíveis alterações ocorridas no seu território e nas dimensões socioeconômica e cultural da referida comunidade no período compreendido pelo intervalo temporal de 20 anos (2001-2021). A metodologia utilizada para a obtenção de dados que embasaram este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) envolveu consultas bibliográficas, pesquisa de campo com aplicação de questionário, relatos orais, observações *in loco* e uso de técnicas de Geoprocessamento. Posteriormente aplicou-se o SEA - Análise Regressiva Socioeconômica e Ambiental para avaliar as dimensões supracitadas. Após o processamento e análise dos dados obtidos foi possível verificar mudanças na fisionomia do território, com destaque para a expansão do núcleo residencial. Observou-se mudança positiva na condição socioeconômica, porém, a cultura tradicional sofreu declínio. Conclui-se, que o território, bem como as dimensões socioeconômica e cultural da comunidade quilombola sofreram alterações no período estudado.

Palavras-chave: quilombola; geoprocessamento; comunidade; socioeconômico.

ABSTRACT

The present study was carried out in the remaining quilombola Umarizal community, located in the municipality of Baião state of Pará and aimed to detect possible changes in its territory and in the socioeconomic and cultural dimensions of that community in the period of 20 years (2001-2021). The methodology used to obtain data that supported this Course Completion Work (CBT) involved bibliographic consultations, field research with questionnaire application, oral reports, on-site observations and use of Geoprocessing techniques. Subsequently, the SOCIOECONOMIC and Environmental Regressive Regressive Analysis was applied to evaluate the above-mentioned dimensions. After processing and analysis of the obtained data, it was possible to verify changes in the physiognomy of the territory, with emphasis on the expansion of the residential nucleus. There was a positive change in socioeconomic status, however, the traditional culture declined. It is concluded that the territory, as well as the socioeconomic and cultural dimensions of the quilombola community, underwent changes in the period studied.

Keywords: quilombola; geoprocessing; community; socioeconomic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização da comunidade quilombola Umarizal	17
Figura 2: Documento da Unidade de Conservação do castanhal nativo	20
Figura 3: Fragmento do castanhal nativo	21
Figura 4: Castanheira caída	21
Figura 5: Certidão de autorreconhecimento	23
Figura 6: Associação da comunidade	25
Figura 7: Bar e lanchonete	25
Figura 8: Casa alvenaria antiga	25
Figura 9: Barracão sede da comunidade	25
Figura 10: Escola da comunidade	25
Figura 11: Aplicativo Mobile Topographer	26
Figura 12: Mapa comparativo 2001	28
Figura 13: Mapa comparativo 2021	29
Figura 14: Reserva Castanhal Nativo	30
Figura 15: Gráfico 1	32
Figura 16: Gráfico 2	34
Figura 17: Casa de forno	35
Figura 18: Confeção de matapi	35
Figura 19: Samba de cacete	35
Figura 20: Festividade do círio	36
Figura 21: Fabricação de cacuri	36
Figura 22: Gráfico 3	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dimensão Socioeconômica	32
Tabela 2: Condições de Saneamento Básico	34
Tabela 3: Dimensão Cultural	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACORQBU – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão.

FCP – Fundação Cultural Palmares

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

Q-GIS – Quantum Gis (software SIG)

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEA – Análise Regressiva Socioeconômica e Ambiental

SIG – Sistema de Informações Geográficas

SNIS – Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento

UNERT – União dos Estudantes da Região Tocantina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 OBJETIVOS	14
2.1 Geral	14
2.2 Específicos	14
3 REFERENCIAL TEÓRICO	14
3.1 Território Quilombola	14
3.2 Socioeconômico	15
3.3 Cultural	16
4 HISTÓRICO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA UMARIZAL	16
4.1 Reserva o Castanhal	19
4.2 Reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo	22
4.3 Umarizal contemporânea	24
5 METODOLOGIA	26
6 RESULTADOS	28
6.1 Território físico	28
6.1.1 Reserva Castanhal	30
6.2 Dimensão socioeconômica após aplicação do SEA	31
6.2.1 Saneamento básico após aplicação do SEA	33
6.3 Dimensão cultural após aplicação do SEA	35
7 CONCLUSÃO	37
8 REFERÊNCIAS	38
9 APÊNDICE	41

1 INTRODUÇÃO

Durante o período da escravidão negra na Amazônia, que segundo Salles (2005 apud ALMEIDA, 2013, p. 5) teve início no final do século XVI e estendeu-se até o século XIX, a região do Baixo Tocantins abrigou vários quilombos que se originaram a partir do agrupamento de negros fugidos, que não aceitaram o regime de opressão em que viviam nas fazendas e engenhos da referida região, onde sofriam todo tipo de violência e maus tratos. Atualmente são encontrados resquícios desses redutos negros, onde sua história perpetua-se através de seus descendentes que hoje habitam as comunidades remanescentes de quilombos (PINTO; COSTA; DOMINGUES, 2020).

No município de Baião-PA, integrante da região Tocantina, localiza-se a comunidade quilombola Umarizal, que segundo relatos dos seus moradores, originou-se do antigo quilombo Paxiubal, que recebeu este nome devido à ocorrência no local da palmeira conhecida como paxiubeira (*Socratea exorrhiza*).

Inicialmente, os recursos naturais foram explorados de maneira sustentável, porém, o agrupamento expandiu-se com a chegada de novos remanescentes e de indivíduos não quilombolas, estes, com o intuito de trabalhar. Infelizmente, nem todos tinham a ideia de preservação e naquela época iniciou-se a exploração dos recursos de forma não sustentável, começando pela retirada de madeira de lei para fins comerciais, incluindo neste contexto a derrubada de castanheiras (*Bertholletia excelsa*), árvore de fundamental importância para a comunidade quilombola, que desde então, segundo os remanescentes, vem sofrendo alterações relacionadas ao seu território e ao modo de vida de seus habitantes.

Este TCC teve como objetivo realizar uma análise no intervalo temporal compreendido pelo período 2001-2021, visando detectar possíveis alterações ocorridas no seu território nos últimos 20 (vinte) anos, provocadas por ação antrópica, que segundo Sousa (2022), é a ação praticada pelo ser humano sobre o meio ambiente. Este período foi escolhido, não por registrar uma data ou um fato importante, mas, por considerarmos ser um intervalo suficiente para mostrar tais alterações, dentre elas, as resultantes da expansão desordenada do núcleo urbano, que aos poucos foi modificando a fisionomia do território. Concomitantemente, verificar as mudanças ocorridas na dimensão socioeconômica através da avaliação da renda, saúde, educação, transporte, saneamento básico, extrativismo e acesso às políticas públicas. Também, investigar possíveis alterações na dimensão cultural herdada de seus ancestrais e manifestada de várias formas, com destaque para a dança, artesanato, festividades e uso de ervas medicinais utilizadas no preparo de remédios caseiros e banhos.

A metodologia utilizada na análise envolveu consultas bibliográficas, pesquisa de campo, técnicas de geoprocessamento (coleta de coordenadas, aquisição de imagens de satélites, elaboração de mapas), relatos orais, observações *in loco*. Posteriormente, realizou-se uma análise, com a aplicação do **SEA**-Análise Regressiva Socioeconômica e Ambiental com a finalidade de comprovar possíveis mudanças nas dimensões socioeconômica e cultural da comunidade no período estudado.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Realização de análise espaço-temporal na comunidade remanescente quilombola Umarizal no período 2001-2021.

2.2 Específicos

- Detectar possíveis alterações na fisionomia do território, provocadas pela ação antrópica.
- Verificar possíveis mudanças na condição socioeconômica e cultural da comunidade.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Território quilombola

Conforme o artigo 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, são consideradas terras quilombolas aquelas utilizadas pelos remanescentes para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Um território quilombola não é simplesmente um pedaço de terra qualquer. Ele é constituído a partir de uma porção específica de terra, acrescida de costumes e tradições que os integrantes da comunidade construíram ao longo do tempo, em sua convivência com a mesma (INCRA, 2017, p.7).

Portanto, é a partir da incorporação dessas características físicas e simbólicas (terra e vida social) que os remanescentes se reproduzem física, econômica, social e culturalmente. Os domínios dessas características vinculam as pessoas ao território.

Ainda segundo o INCRA, o grupo mesmo recebendo influências externas, detém o controle do território e seus recursos, ditando as regras para o seu uso. Existem dois tipos de uso do território quilombola: o coletivo e o privado.

O uso coletivo é aquele onde o conjunto de famílias do grupo exerce um direito público sobre as porções do território que não estão sobre o direito privado de nenhuma família, tais como: áreas abertas de campo, várzeas, florestas, rios, lagos e áreas onde se pratica o extrativismo. O uso privado é o exercido pela família sobre uma fração do território, geralmente representada por casa, quintal, roça, casa de farinha e outros em que o acesso só é permitido com o consentimento da família. O direito privado se dá em conformidade com os códigos locais, não passando por processos de direitos cartoriais (INCRA, 2017, P.8).

O uso de um território tradicional se diferencia de outras maneiras de uso da terra, pois, apresenta as seguintes características: pertencimento a um território específico; obediência das regras tradicionais e preocupação com as futuras gerações.

A comunidade remanescente Umarizal, insere-se nesse contexto conforme Soares, (2018):

[...]. No caso da Comunidade de Umarizal, o território é entendido como resultante de elementos étnicos que se manifestam nas relações construídas com e no território. Trata-se da reinvenção e reafirmação de elementos étnico-culturais que conduzem os modos de vida e dão significado de pertencimento ao lugar, que marcam a identidade coletiva, pois a identidade étnica dos remanescentes de quilombos é recriada pela memória das lutas de seus antepassados. (SOARES, 2018, p. 33).

Neste trabalho analisaremos o território por uma perspectiva que o vê em suas diversas manifestações e significados. “Contemplando aspectos relacionados ao poder, disputas, tensões, dimensões econômicas, culturais, afetivas, identitárias e simbólicas que nele se expressam” (SAQUET, 2009 apud LOPES, 2017).

3.2 Socioeconômico

As comunidades quilombolas caracterizam-se por manter relações com a terra, o parentesco, o território, as tradições e práticas culturais próprias. Segundo Gabriel *et al.*

(2018), do ponto de vista social e econômico e de saneamento básico esses remanescentes sofrem danos provocados pela falta de infraestrutura. Ainda segundo os autores, essas comunidades se desenvolvem por meio de economia de subsistência, na qual a agricultura familiar é a base. No que se refere ao consumo de água, esta provém de rios, igarapés, poços ou cisternas e geralmente é consumida sem tratamento adequado. Quanto ao esgoto sanitário, fazem uso de fossas rudimentares e os resíduos sólidos são depositados a céu aberto, queimados ou enterrados. As comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil, passam por situações de precariedades, sendo carentes de políticas públicas efetivas.

Ainda segundo Rodrigues *et al.* (2019), o panorama de acesso a saneamento básico em comunidades tradicionais ainda é bastante desconhecido. Não existe um indicador específico sobre essas comunidades dentro do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS. Os mesmos dizem que estudos pontuais, no entanto, demonstram uma realidade bastante dura, especialmente quando essas comunidades estão localizadas distantes de centros urbanos e em pontos de difícil acesso.

3.3 Cultural

A dimensão cultural de uma comunidade quilombola é muito vasta. Citando Furtado *et al.* (2014, p.114) “A cultura quilombola, por ser um espaço de trocas e compartilhamento de conteúdo simbólico-afetivo, e por se dar em relação a um contexto social, cultural e político específico, enfatiza as particularidades dos sujeitos que a constituem. ”

Conforme Soares (2018, p. 46) a cultura tradicional da comunidade pode ser manifestada nas mais variadas formas, podendo ser notada através do método utilizado para a produção agrícola, no modo de vestir, modo de falar, artesanato, dança, festividades, extrativismo, e outras.

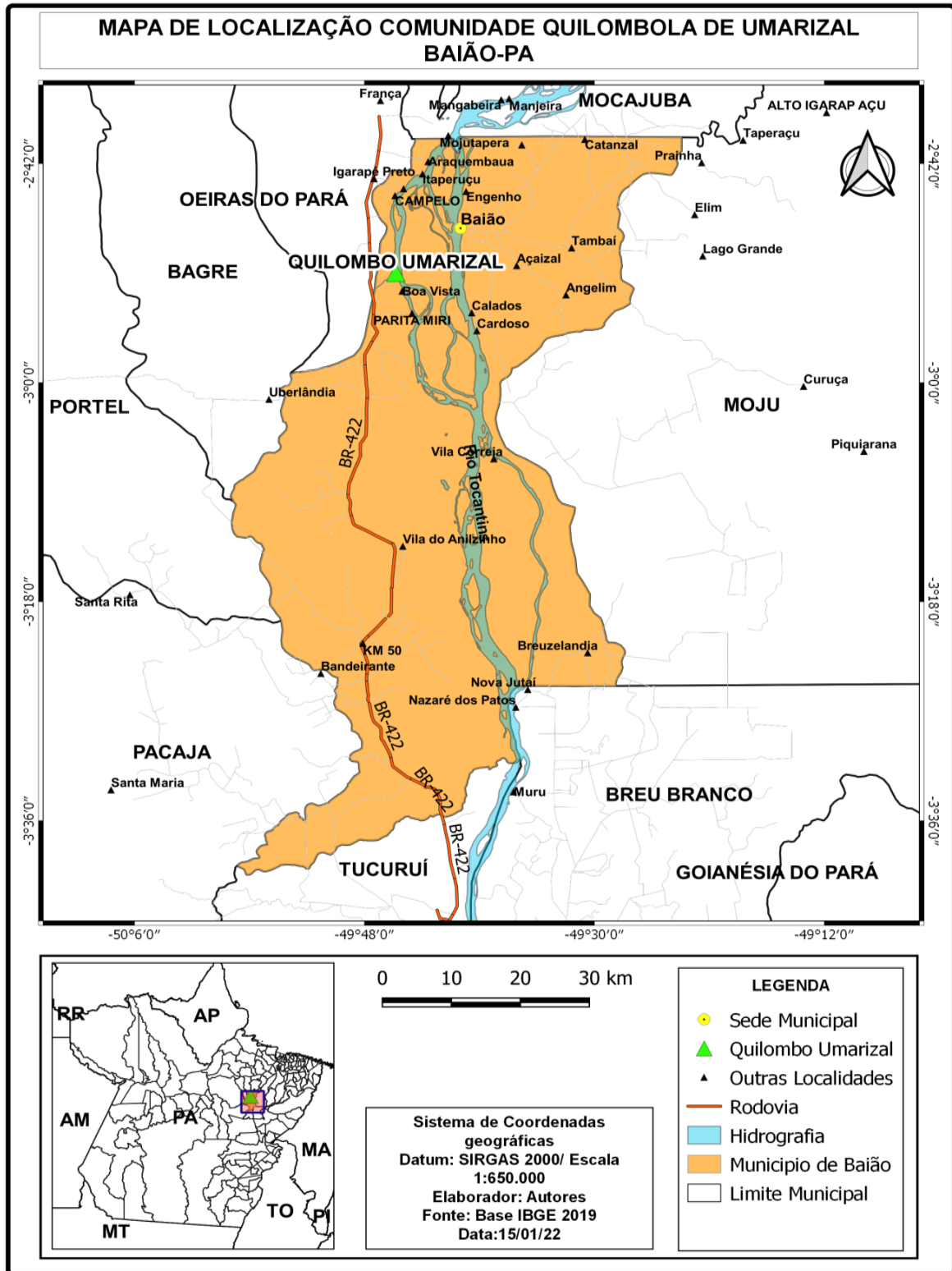
Neste trabalho a cultura tradicional será avaliada através dos componentes: dança, trabalhos artesanais, festividades e uso de ervas medicinais.

4 HISTÓRICO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA UMARIZAL

A comunidade de remanescentes quilombolas do Umarizal localiza-se no município de Baião, estado do Pará, à margem esquerda do rio Tocantins. O acesso terrestre é feito pela BR-422 (Transcarnatá) que passa em frente ao ramal de cinco quilômetros que leva à comunidade, e o fluvial, através de embarcação pelo rio Tocantins num percurso realizado em

90 minutos a partir da sede do município. Apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 2°50'57.50" de latitude Sul e 49°45'31.06" de longitude Oeste.

Figura 01 – Mapa de localização da comunidade quilombola Umarizal



Fonte: Base cartográfica IBGE, (2019)

Umarizal tornou-se um distrito de Baião em 23 de abril de 1993, recebendo a categoria de Vila, conforme Pinto (2004) apud Soares (2018, p. 33):

Este município é constituído pelos distritos de Baião, sede do município, Joana Peres, Ituquara, Araquembaua e Umarizal, cuja criação se deu no dia 23 de abril de 1993, com a aprovação do Projeto de lei n° 001/93. De acordo com este projeto, lê-se no artigo 1°, que institui o distrito de Umarizal o seguinte: "Fica criado o distrito de Umarizal, no município de Baião, nos termos da Lei Orgânica Municipal e da Lei Estadual n° 5.584 de 18 de janeiro de 1990: Parágrafo Único - O Distrito que se refere o artigo 1° terá sede na localidade de Umarizal, à margem esquerda do rio Tocantins, que por força dessa lei terá categoria de Vila". Após a instalação do distrito de Umarizal, seus limites ficaram assim demarcados: ao norte, município de Mocajuba; a leste, a cidade de Baião e a ilha de Bacuri; a oeste, os limites do município de Baião com o município de Oeiras do Pará; ao sul com a calha do igarapé Paritá. (PINTO, 2004, p. 53)

A sua história é repassada às gerações através da oralidade, principalmente pelos mais idosos. Segundo relatos da entrevistada Deusalina Trindade, 66 anos, os escravos fugidos dos engenhos de Cametá, Mocajuba e região, formaram pequenos quilombos na região do baixo Tocantins. Um desses agrupamentos instalou-se no local conhecido como Novo Destino, seus líderes eram: Sinfrônio, Visilina, Abonde e Tia Minona. Posteriormente devido à escassez de recursos naturais, transferiram-se para uma área onde existiam muitas palmeiras chamadas paxiubeiras, surgindo ali o quilombo Paxiubal, que após sofrer sucessivos ataques dos índios Parakanãs que já viviam na região, fragmentou-se, originando Umarizal e outras comunidades. O relato da sua origem é corroborado por Pinto; Pinho; Grandó (2020):

[...]. Ao se reagruparem em redes familiares ampliadas compuseram novas comunidades (mini quilombos), como é o caso do antigo quilombo de Paxibal, no município de Baião, do qual se formaram **Umarizal**, Bailique Centro, Bailique Beira e Igarapé Preto [...] (PINTO; PINHO; GRANDÓ, 2020, p. 116. Grifo nosso).

Após a dispersão dos moradores ocorrida no quilombo Paxiubal, um grupo egresso daquele, fixou-se na margem esquerda do rio Tocantins, dando origem à comunidade Umarizal, que segundo Soares (2018, p. 37), recebeu este nome devido à ocorrência da árvore conhecida como umarizeiro (*Poraqueiba sericea*), abundante no local àquela época.

Agrupando-se no local, começaram a explorar os recursos naturais de maneira sustentável, baseado no extrativismo através da coleta de frutos (castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), uxi (*Endopleura uchi*), açaí (*Euterpe olerace*), bacaba (*Oenocarpus*

bacaba), etc...), caça, pesca e extração de madeira, cipó e palha para a construção de seus humildes casebres de taipa (uma mistura de barro, varas e cipós) e também extraíam ervas para o preparo de remédios caseiros. A agricultura de subsistência baseava-se no plantio de mandioca (*Manihot esculenta*), milho (*Zea mays*), arroz (*Oryza sativa*), feijão (*Phaseolus vulgaris*) e outros que eram produzidos em pequenas roças. Também, criavam em seus terreiros pequenos animais como galinhas (*Gallus gallus domesticus*), patos (*Anatidae*), porcos (*Sus scrofa domesticus*). A produção destinava-se ao consumo familiar. Estas informações são repassadas através das gerações e estão gravadas na memória dos remanescentes, como pudemos observar durante as conversas informais mantidas com alguns moradores. Ainda, segundo os informantes, com o passar do tempo a comunidade expandiu-se com a chegada de novos remanescentes provenientes de outras localidades da região.

Posteriormente, indivíduos não quilombolas foram introduzindo-se na comunidade com o pretexto de trabalhar. Porém, alguns movidos pela ganância, começaram a retirar e comprar dos remanescentes, madeira de lei, inclusive castanheiras. Como consequência dessa prática, houve a diminuição na produção de castanha-do-pará, gerando prejuízo para as gerações seguintes, conforme palavras da Sra. Deumitila Vilhena, 63 anos, aposentada:

Antes, tinha mais castanha, a gente saía cedo pra ajuntar. As pessoas compravam roupa, sapato e material escolar para os filhos com o dinheiro da venda da castanha. Mas, foram derrubando e muitas caíram com o tempo. Hoje em dia, na safra, dá menos que antes. (DEUMITILA, 2021).

Apesar da castanheira (*Bertholetia excelsa*), ter o seu corte proibido pela Lei Estadual 6462 de 04 de julho de 2002 em seu artigo 33º e posteriormente, pelo Decreto Presidencial nº 5.975 de 30 de novembro de 2006 em seu art. 29, continuou sendo extraída de forma criminosa. Segundo relato de Luiz Gustavo, 36 anos, nível superior, graduado em Ciências Biológicas e Química e professor da comunidade, foram tomadas providências para frear os impactos negativos produzidos pelo homem sobre a área de maior concentração das mesmas, pleiteando-se então, a criação de uma reserva para protegê-las.

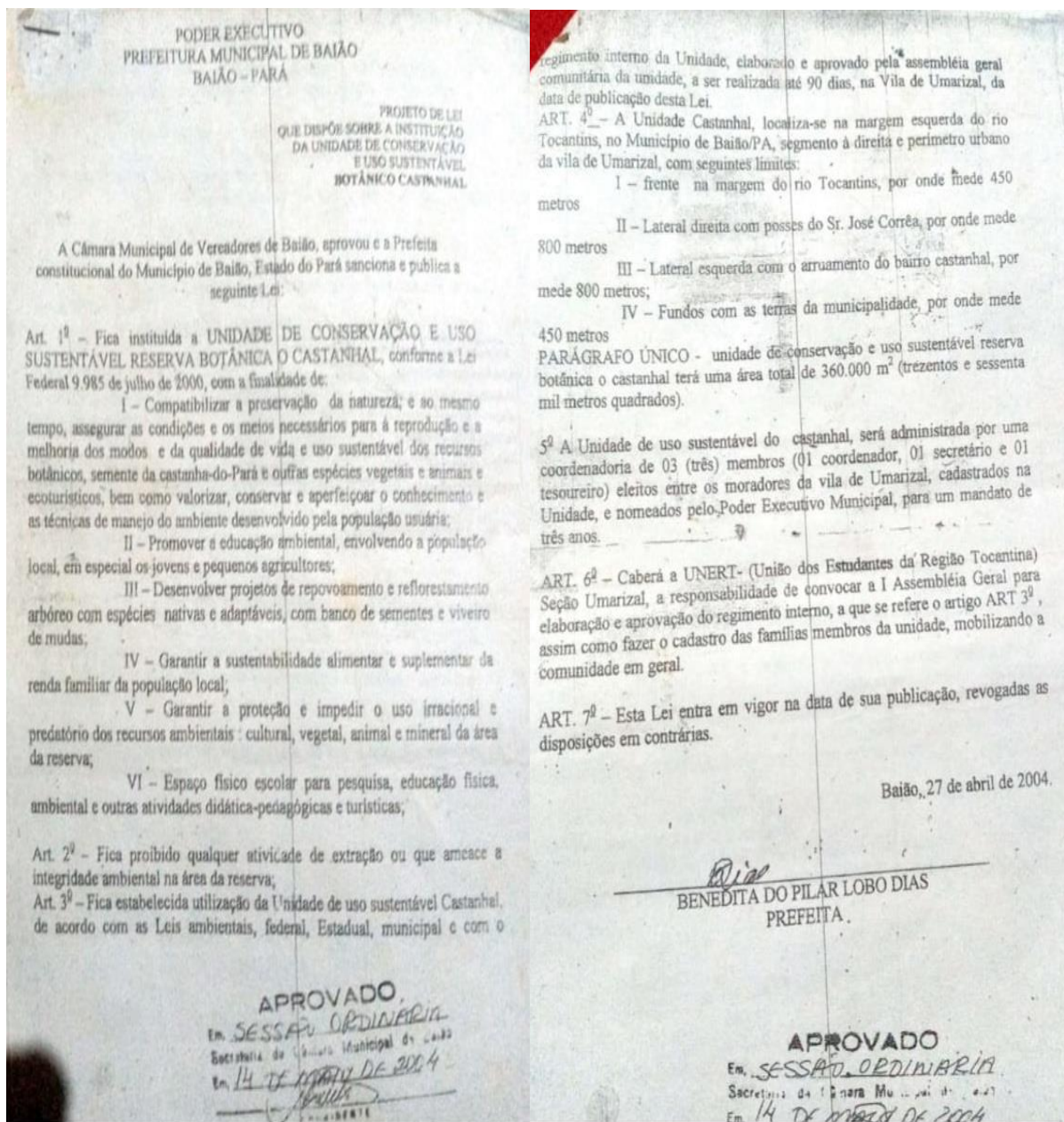
4.1 Reserva O Castanhal

Com a finalidade de barrar o avanço desordenado do povoado sobre o castanhal nativo, e a consequente derrubada de castanheiras, um grupo de estudantes que formavam a hoje extinta UNERT-União dos Estudantes da Região Tocantina, apresentou ao legislativo municipal um projeto para a criação de uma Unidade de Conservação (UC). O projeto de lei foi aprovado pela Câmara Municipal, sancionado pela prefeita da época e no dia 27 de abril

de 2004 foi instituída a Unidade de Conservação e Uso Sustentável Reserva Botânica CASTANHAL, de conformidade com a Lei Federal 9.985 de julho de 2000.

Seus limites são: frente limitando-se com o rio Tocantins na distância de 450 metros; lateral direita extremando com posse do Sr. José Corrêa na distância de 800 metros; fundos confrontando com terras da municipalidade na distância de 450 metros e lateral esquerda, limitando-se com arruamento do bairro Castanhal na distância de 800 metros, formando um polígono com área de 360.000 m² (36 hectares) e perímetro de 2.500 m conforme documento de criação da mesma.

Figura 2 - Documento de criação da Reserva O Castanhal



Além de castanheiras, algumas centenárias, a reserva abriga outras espécies da flora, dentre elas, podemos citar o jatobá (*Hymenaea courbaril*), pequiá (*Caryocar brasiliense camb*), seringueira (*Hevea brasiliensis*) dentre outras, conforme pudemos observar *in loco*, onde também constatamos a presença de espécies da fauna, sobretudo de pássaros. Verificou-se que as árvores que ali caem por qualquer motivo, não podem ser retiradas, decompondo-se no local. Em seu interior localizam-se o campo de futebol e o cemitério da comunidade, ali existentes antes da criação da mesma.

Observou-se que a comunidade tem uma profunda relação afetiva com a reserva, pois, além de representar uma fonte complementar de renda, mantém viva uma tradição cultural representada pelo extrativismo, atividade peculiar das populações tradicionais.

Em outras áreas do território, existem castanheiras dispersas, aonde ainda ocorre derrubada irregular, que mesmo sendo em escala bem menor que antes, gera impactos graves a fauna, flora e às pessoas que tiram parte da sua renda através da coleta dos seus frutos, principalmente na época do defeso (período em que a pesca é proibida) que coincide com a safra da castanha.

Imagens da Reserva Castanhal

Figura 3 - fragmento do castanhal nativo



Figura 4 – castanheira caída



Fonte figuras 3-4: Autores, (2021)

4.2 Reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo

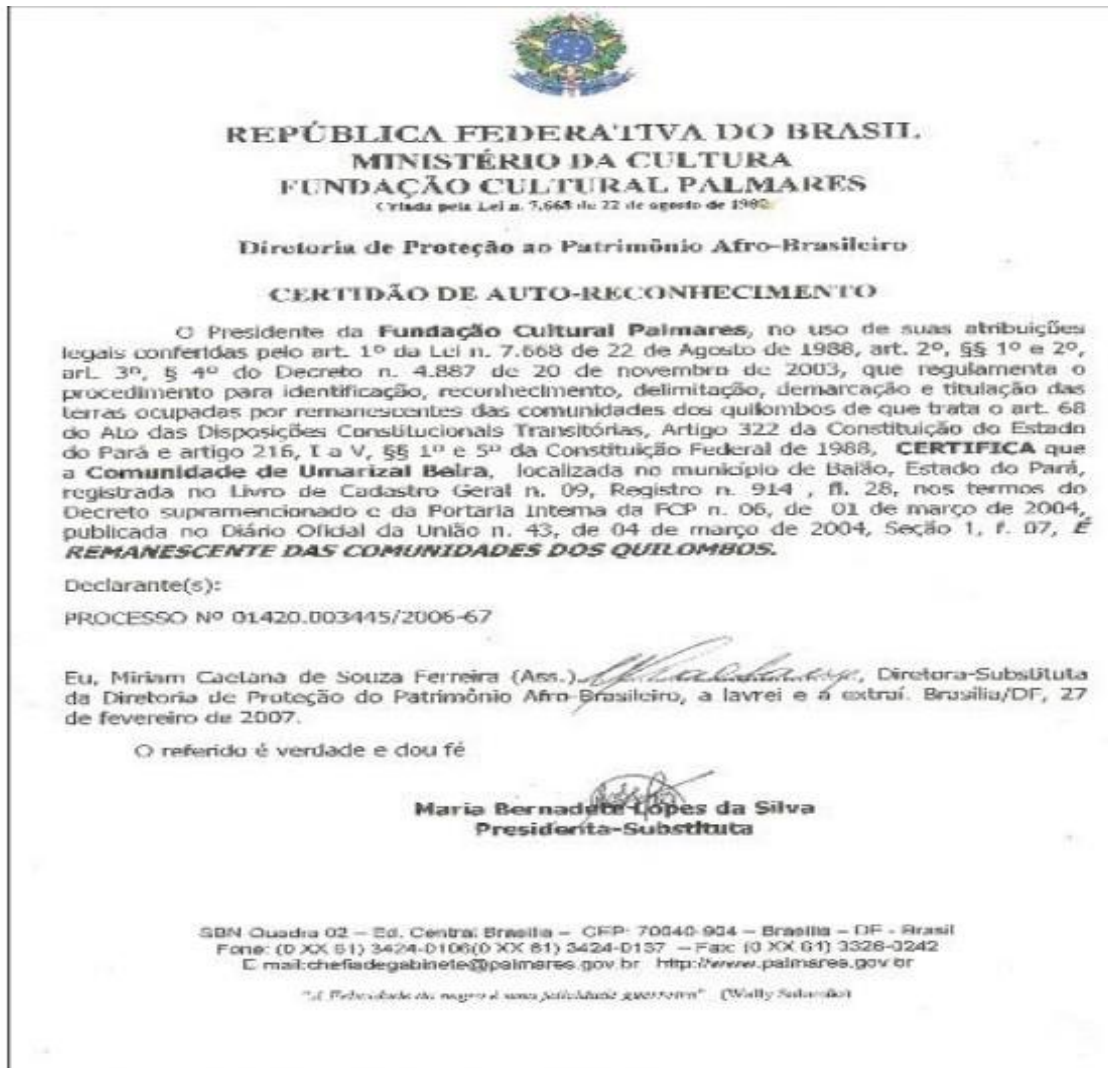
Conforme o artigo 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:


Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003)

Segundo a Fundação Cultural Palmares, para ter acesso à política de regularização de territórios quilombolas, o primeiro passo é a comunidade se autorreconhecer como quilombo e comprovar sua relação histórica com o território reivindicado. As informações são enviadas para a Fundação, que é a instituição responsável pela análise das mesmas e pela emissão da Certidão de Autorreconhecimento. Em seguida o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária inicia o estudo para gerar o RTID-Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território. Após a demarcação do território é feita a remoção dos não quilombolas e os imóveis particulares são desapropriados. Somente após esse processo chamado de “desintrusão”, é expedido o título coletivo e inalienável em nome da Associação dos Moradores.

Em 2006 a FCP - Fundação Cultural Palmares, que atualmente pertence ao Ministério da Cidadania, reconheceu a comunidade Umarizal como remanescente quilombola, através do processo FCP nº 01420.001959/2006-88, Portaria nº 29/2006, Diário Oficial da União de 13/12/2006. A cópia da Certidão de Autorreconhecimento emitida pela Fundação pode ser vista na figura 5.

Figura 5 - Certidão de Autorreconhecimento





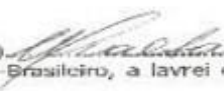
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988.

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro


CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n. 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n. 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Artigo 322 da Constituição do Estado do Pará e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Umarizal Beira**, localizada no município de Baião, Estado do Pará, registrada no Livro de Cadastro Geral n. 09, Registro n. 914, fl. 28, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n. 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n. 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s):
 PROCESSO Nº 01420.003445/2006-67

Eu, Miriam Caetano de Souza Ferreira (Ass.) , Diretora-Substituta da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

O referido é verdade e dou fé


Maria Bernadete Lopes da Silva
 Presidenta-Substituta

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
 Fone: (0 XX 61) 3424-0106(0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3328-0242
 E-mail: chefeadegabinete@palmares.gov.br http://www.palmares.gov.br

"A Federalidade do negro é uma realidade" (Wally Salomão)

Fonte: ACORQBU- Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão.

O reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo, foi de suma importância, pois, foi o passo inicial para a ACORQBU - Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão, requerer o processo de demarcação do território pelo ITERPA – Instituto de Terras do Pará e a expedição do Título Definitivo Coletivo pelo INCRA, fato que ainda não ocorreu, segundo informações do senhor Narciso Ramos, fundador da ACORQBU e uma das lideranças da comunidade. Ainda, segundo o informante, o ITERPA apresentou um projeto de demarcação do território, porém, o mesmo apresenta uma área bem menor que a reivindicada e que por ancestralidade lhes pertence.

4.3 Umarizal Contemporânea

Atualmente, de acordo com informações da enfermeira Jeniffer Lopes, responsável pela Unidade Básica de Saúde “Tia Zinha”, a fonte local mais confiável (seus dados são atualizados mensalmente), a comunidade abriga uma população de 1.350 habitantes distribuídos em 374 residências. Sua infraestrutura é composta por sistema de energia elétrica (antes obtida através de gerador movido a óleo diesel, a partir de 2006 foi interligada à rede de fornecimento da concessionária), sistema de abastecimento de água encanada, uma unidade básica de saúde, duas unidades de ensino fundamental e médio, uma igreja católica, três igrejas evangélicas, cemitério, a sede da associação (ACORQBU), salão comunitário de festas, praça, campo de futebol e estabelecimentos comerciais de diversos ramos.

Nestes últimos anos, Umarizal sofreu transformações inevitáveis, impostas pelo desenvolvimento, que alterou a fisionomia do território e o modo de vida de seus habitantes, como exemplo, destacamos o aumento do núcleo urbano e o tipo das moradias, que antes eram de taipa ou madeira, e que hoje são de alvenaria na sua quase totalidade. Seus costumes culturais, herança de seus ancestrais, também sentiram os impactos da modernidade, como é o caso do samba de cacete que era dançado após o plantio das roças e que atualmente só é apresentado durante as festas anuais da comunidade.

Entretanto, a agricultura de subsistência, que segundo Soares (2018, p.61) sempre foi uma forma de sobrevivência das comunidades quilombolas, continua sendo praticada. O extrativismo sustentável, outra atividade característica e essencial para as populações tradicionais, mesmo que atualmente, seja praticado com menos intensidade, contribui para a preservação de um hábito ancestral. Outras atividades geradoras de renda são desenvolvidas na comunidade, onde constatamos o funcionamento de mercadinhos, oficina mecânica, bares e lanchonetes.

Assim, Umarizal tenta manter a ancestralidade através dos costumes herdados, que aos poucos vão se perdendo com a prática de novos hábitos, introduzidos na comunidade pela interação com pessoas de outros lugares, bem como os produzidos pelo acesso, principalmente dos mais jovens, às tecnologias atualmente disponíveis, com destaque para a Internet e suas redes sociais que são capazes de gerar profundas transformações no cotidiano de qualquer comunidade.

Imagens Umarizal atual

Figura 6 - Associação da comunidade



Fonte: autores, (2021)

Figura 7 - Bar e lanchonete



Fonte: autores, (2021)

Figura 8 - Casa alvenaria antiga



Fonte: autores, (2021)

Figura 9 - Barracão sede comunidade



Fonte: autores, (2021)

Figura 10 - Escola da Comunidade

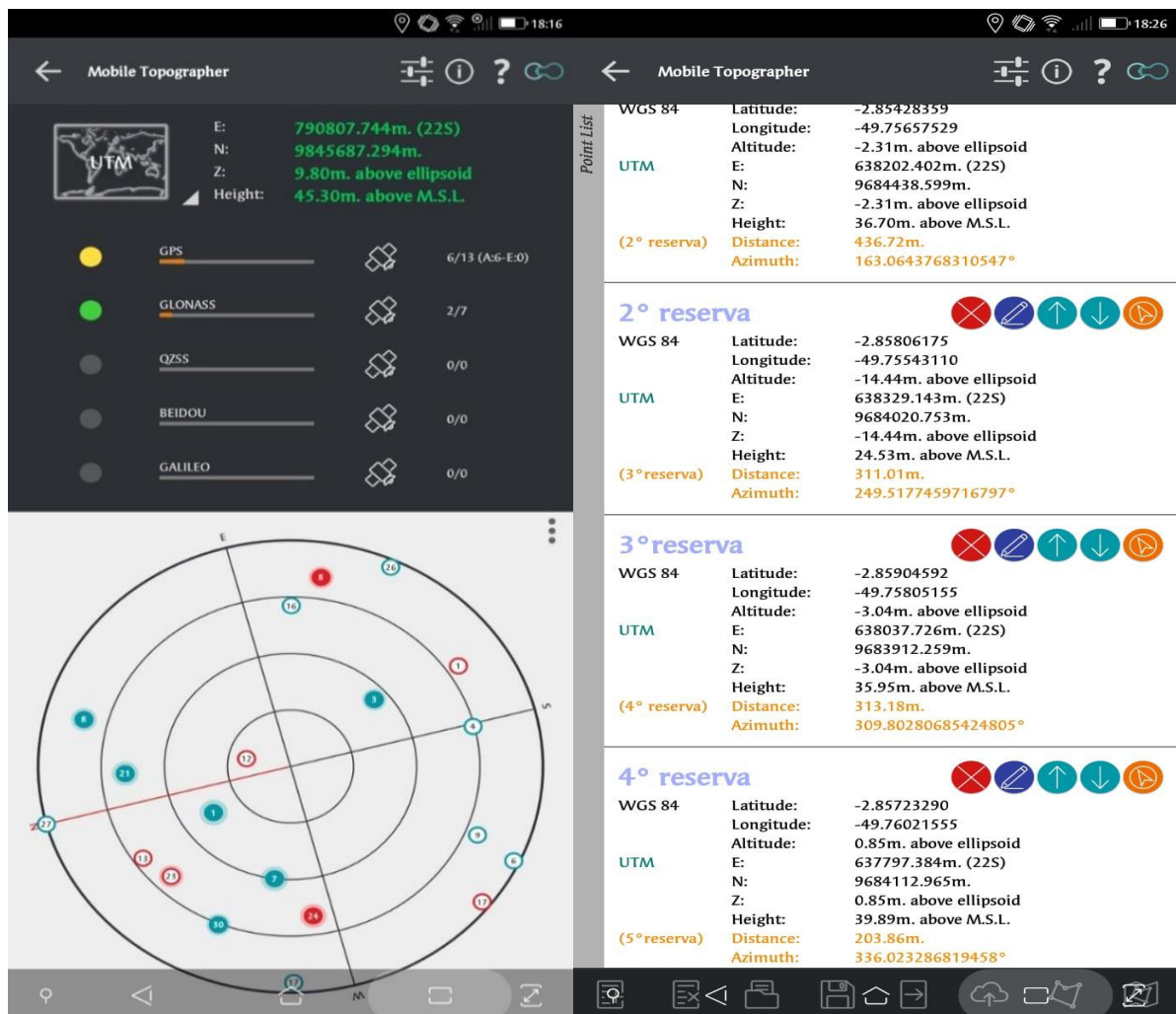


Fonte: autores, (2021).

5 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, foi elaborada uma pesquisa mista qualitativo-quantitativa através de consultas bibliográficas e visita de campo realizada nos dias 25 a 30 de maio de 2021. No levantamento realizado em campo, relacionado ao estudo físico do território, utilizou-se o aplicativo Mobile Topographer instalado em um dispositivo móvel com sistema Android, que viabilizou a coleta de coordenadas, dados essenciais para aplicar as técnicas de Geoprocessamento que possibilitaram a verificação de perímetros, áreas e localizações. A opção pela escolha do aplicativo levou em consideração o fato do mesmo apresentar uma interface amigável que proporciona fácil manuseio, não sendo necessário sinal de internet para a coleta dos dados. A acurácia (precisão do ponto) é mostrada em tempo real. Os dados são arquivados e podem ser exportados nos formatos .txt, .csv, .kml, .gpx, .dxf, .shp. O aplicativo pode ser baixado pelo Play Store.

Figura 11 - Mobile Topographer



Fonte: autores, (2022)

O sensoriamento remoto também foi de suma importância na metodologia, fornecendo dados rasters (imagens de satélites) obtidos pelo Landsat 5 e Landsat 8, usados na elaboração dos mapas temáticos referentes aos anos 2001 e 2021, com a finalidade de compará-los e identificar as mudanças ocorridas no território da comunidade no intervalo temporal de 20 anos.

A série Landsat, segundo EMBRAPA (2018), teve início em 1960, com a finalidade de observar recursos naturais terrestres. A missão, foi gerenciada pela National Aeronautics and Space Administration (NASA) e pela U. S. Geological Survey (USGS) e até hoje foram lançados 8 (oito) satélites da série.

O Landsat-5 entrou em operação em 1984. Sua resolução espacial era de 30 m, fornecida pelo sensor multiespectral e apresentava resolução temporal (revisita) de 16 dias. A largura da faixa imageada era de 185 km. Foi desativado em novembro de 2011, após 26 anos de atividades. Suas imagens são obtidas através do acervo histórico.

O Landsat-8 foi lançado em 2013. Oferece resolução espacial de 30 m na banda multiespectral e 15 m na banda pancromática e apresenta resolução temporal de 16 dias. A largura da faixa imageada é de 185 km.

Os mapas foram produzidos em nossas residências com o uso do Q-GIS versão 3.16. É um software livre com código-fonte aberto, multiplataforma de sistema de informações geográficas (SIG), que oferece suporte à visualização, edição e análise de dados geoespaciais. Funciona em diversos sistemas operacionais, como: Windows, Mac OSX, Linux, Unix e Android. Muito usado na elaboração de mapas, pois, não é necessário pagar licença para utilizá-lo.

Quanto às dimensões socioeconômica e cultural da comunidade, os dados utilizados na avaliação, foram obtidos através de relatos orais, questionário, registros fotográficos e pelo “olhar crítico” dos autores durante nossa estadia (25 a 30 de maio de 2021) na comunidade. Após a análise dos dados foi possível gerar os escores para cada atributo da dimensão.

Com a finalidade de constatar ocorrência de melhorias ou de perdas nas referidas dimensões no período de 20 (vinte) anos, foi aplicada a Análise Regressiva Socioeconômica e Ambiental (SEA). Os dados que alimentaram a análise foram obtidos através de um questionário semiestruturado, aplicado a 15 (quinze) entrevistados. Após analisar os dados foi possível atribuir os escores para cada atributo da dimensão estudada.

Para a realização da análise, utilizou-se a metodologia aplicada por OLIVEIRA *et al.*, (2019): a cada atributo da dimensão avaliada, foi conferido um escore que poderia variar de 1 (um) a 5 (cinco), sendo: 1 (muito baixo); 2 (baixo); 3 (médio); 4 (alto) e 5 (muito alto). Para a

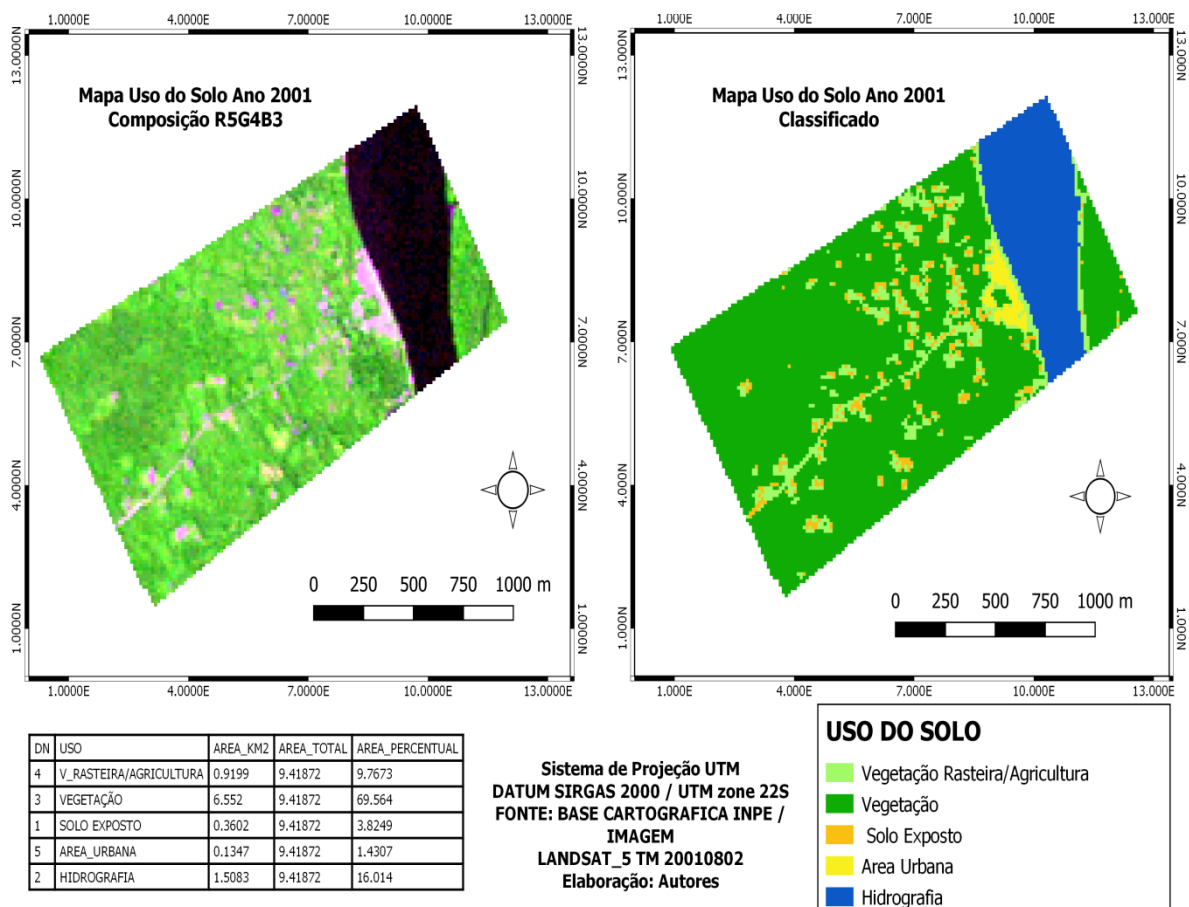
obtenção do índice de cada dimensão, somaram-se os escores dos atributos e seu resultado foi dividido pelo somatório de possíveis escores 5 (muito alto). O índice da dimensão oscila de 0 (zero) a 1 (um). Quanto mais se avizinha ao 1 (um), melhor o índice, enquanto aproximando-se do 0 (zero), pior. Comparando os índices dos anos 2001 e 2021 que forneceram resultados quantitativos foi possível comprovar o desempenho das citadas dimensões no referido período.

6 RESULTADOS

6.1 Território físico

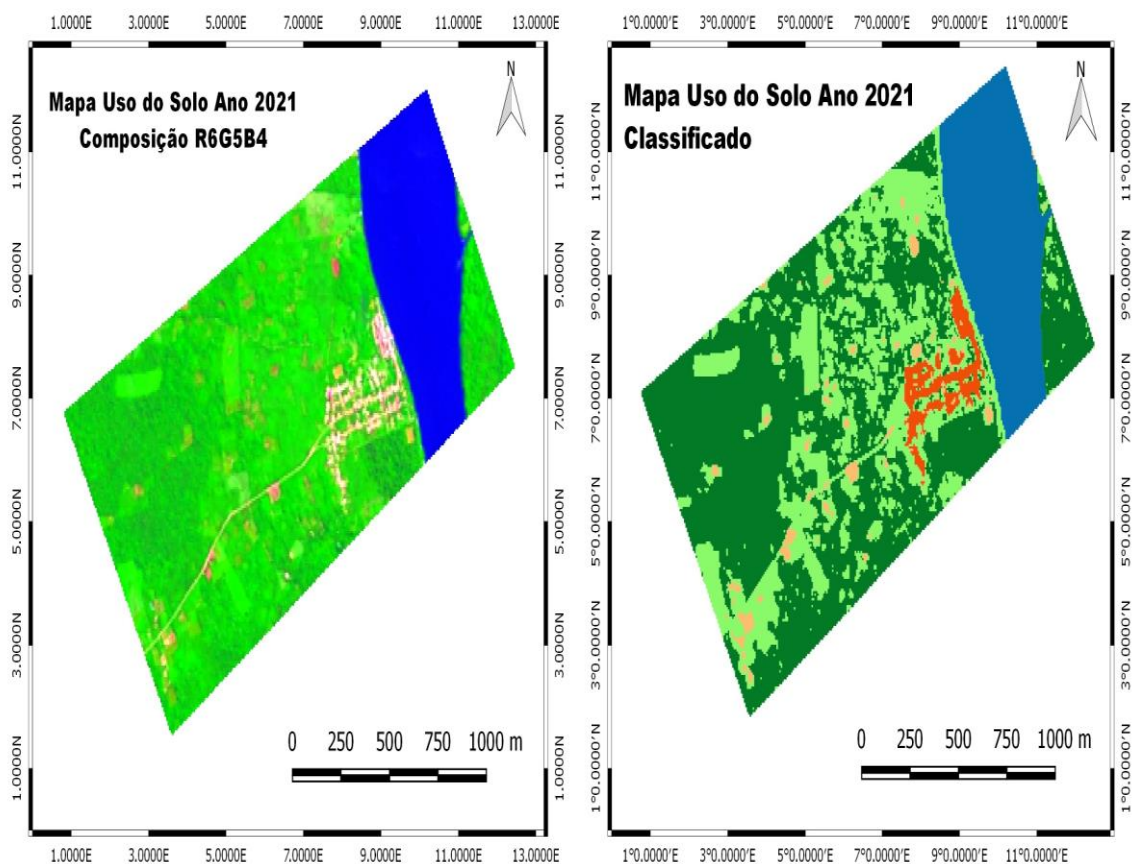
Após a aplicação de técnicas de Geoprocessamento, utilizadas na elaboração de mapas temáticos temporais, que possibilitaram a comparação entre os anos 2001 e 2021, pudemos constatar que o território físico da comunidade Umarizal sofreu alterações conforme observase nos mapas comparativos constantes nas figuras 12 e 13 abaixo.

Figura 12 - Mapa Comparativo 2001



Conforme podemos observar na figura 12 referente ao mapa do ano 2001, a área urbana representava 1,43% da área estudada e a área de vegetação ocupava 69,56% . O mapa do ano 2021 representado na figura 13 abaixo, mostra um crescimento na área urbana, que passou dos 1,43% para 2,70% na área de estudo. Já a área de vegetação reduziu-se de 69,56% para 51,22%. Esta redução deu-se por conta do desmatamento para a construção de novas residências, provocando com isso a derrubada das castanheiras que ali existiam.

Figura 13 - Mapa comparativo 2021



Sistema de Projeção UTM
DATUM SIRGAS 2000 / UTM zone 22S
FONTE:
IMAGEM/LC08_L1TP_224062_20210724

Elaboração: Autores

Legenda

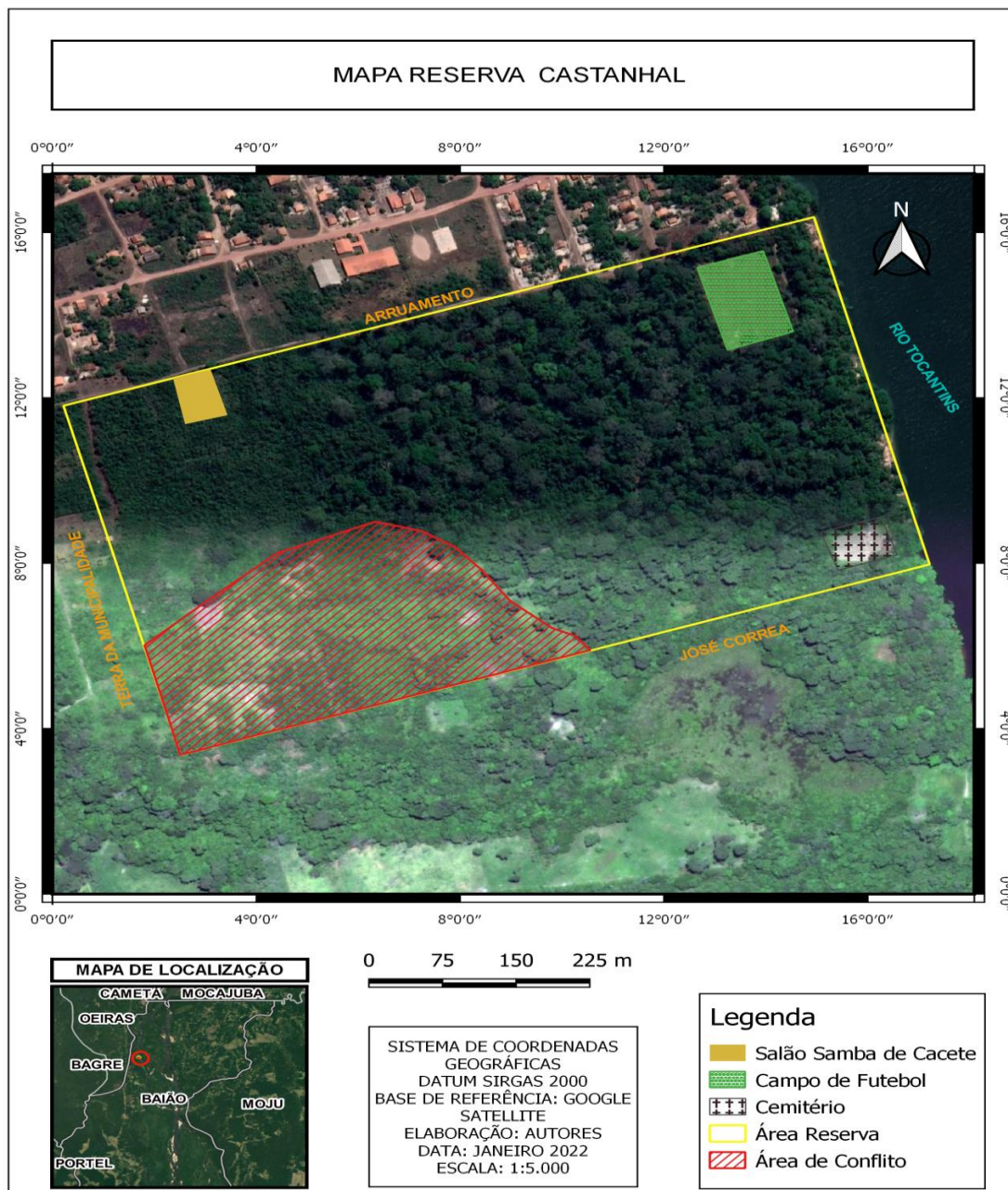
- HIDROGRAFIA
- VEGETAÇÃO
- AREA URBANA
- VEGETAÇÃO RASTEIRA / AGRICULTURA
- SOLO EXPOSTO

DN	Tipo_Uso	Area_Km	Area_Total	Porcent
1	Hidrografia	1.636	9.487	17,245
2	vegetação	4.86	9.487	51,228
3	Area Urbana	0.257	9.487	2,709
4	V_Rasteira/Agricultu	2.501	9.487	26,362
5	Solo Exposto	0.191	9.487	2,013

6.1.1 Reserva Castanhal

Após efetuarmos o georreferenciamento da reserva (vide figura 11, onde aparecem os pontos de coordenadas coletados na reserva), constatou-se que um barracão que está sendo construído com a finalidade de resgatar a dança do samba de cacete, importante herança cultural, está localizado dentro da sua área, assim como uma posse (área de conflito), conforme podemos observar na parte hachurada da figura 14.

Figura 14 – Mapa Reserva Castanhal



Fonte: Google Satellite, (2022)

Portanto, podemos verificar que mesmo sendo uma pequena parcela (36 ha) do território da comunidade, a mesma apresenta sinais de impactos negativos provocados por ações antrópicas (ações humanas) que gradualmente vão modificando o território, não somente no aspecto físico, mas, no econômico e cultural.

6.2 Dimensão Socioeconômica após aplicação do SEA- Análise Regressiva Socioeconômica e Ambiental.

O termo socioeconômico refere-se às práticas que relacionem situações, circunstâncias e aspectos que afetem tanto a ordem social como a economia de um local ou região.

Anteriormente, a renda da comunidade tinha como base o extrativismo, e o excedente da agricultura de subsistência, alguns empregos no serviço público municipal e aposentadorias. Atualmente, além dos componentes acima citados, é incrementada pelo funcionamento de estabelecimentos comerciais e pelo acesso às políticas públicas, como exemplos, o Auxílio Brasil (antigo Bolsa Família), Seguro Defeso e Vale Gás. Importante fonte de renda e subsistência das comunidades tradicionais desde os primórdios, o extrativismo continua sendo praticado, atualmente com menor intensidade, através da coleta de frutos, principalmente da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*) durante a safra que acontece geralmente nos meses de dezembro a abril e da pesca de peixes e camarões. A atividade de caça foi bastante reduzida devido à prática predatória e pela adoção de novos hábitos alimentares.

No atributo Saúde, segundo os entrevistados, houve melhoria referente às instalações prediais, porém, continua com deficiência de médicos e muitas vezes, faltam medicamentos, inclusive os mais básicos.

A Educação apresentou um avanço no período analisado, fato constatado pela presença de estudantes oriundos da comunidade, nas universidades públicas, e de outros moradores que concluíram o nível superior e voltaram para a comunidade, onde alguns trabalham como professores e outros como profissionais da saúde.

Um atributo que se destacou positivamente foi a Habitação. Tanto, no aumento do número de unidades, quanto no tipo de construção, que passou a ser de alvenaria, proporcionando mais conforto aos moradores. Lembrando, que a expansão desordenada produziu impactos sobre a área do castanhal.

O Transporte foi outro atributo bem avaliado. Segundo os entrevistados, houve mudança positiva, tanto no fluvial quanto no terrestre. O fluvial passou a disponibilizar diariamente, embarcações mais velozes, diminuindo o tempo da viagem. O terrestre é feito

através da BR-422 (Transcarnetá), que apesar de não ser asfaltada, permite a entrada e saída de pessoas e mercadorias a qualquer hora do dia.

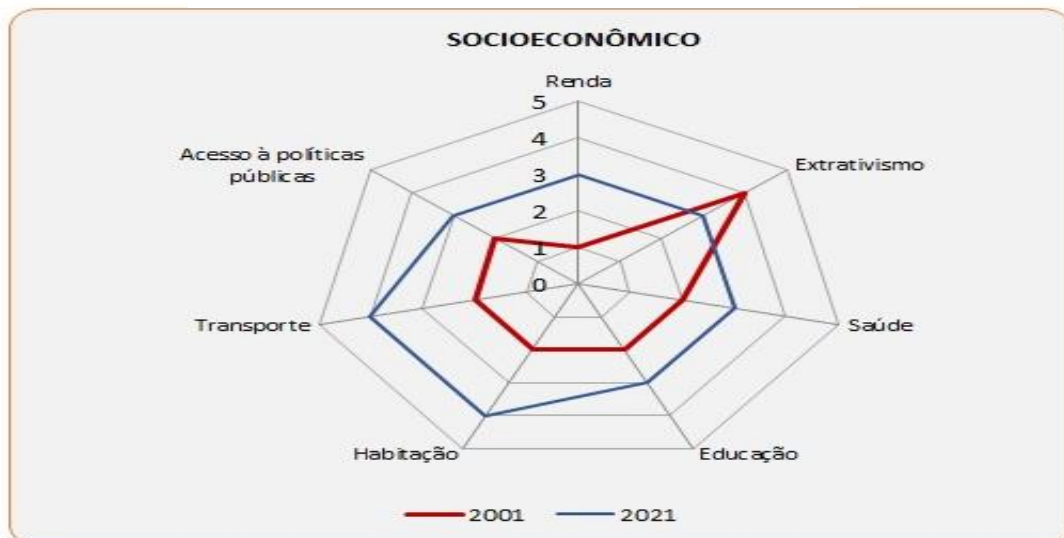
De modo geral, pode-se verificar que os atributos renda, habitação e transporte tiveram os melhores desempenhos no período, contribuindo para a melhoria no índice da dimensão. Por sua vez o extrativismo apresentou declínio, conforme podemos observar na tabela 1 e gráfico 1.

Tabela 1 – Dimensão Socioeconômica

Dimensão Socioeconômica	Ano referência		Ano Atual	
	2001	2021	2001	2021
Renda	1	3		
Extrativismo	4	3		
saúde	2	3		
Educação	2	3		
Habitação	2	4		
Transporte	2	4		
Acesso a políticas públicas	2	3		
Índice Socio-Economico	0,5	0,77		

Fonte: autores, (2022)

Figura 15 - Gráfico 1: Dimensão Socioeconômica



Fonte: autores, (2021)

6.2.1 Saneamento Básico após aplicação do SEA – Análise Regressiva Socioeconômica e Ambiental.

A Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007 em seu art. 3º define o saneamento básico como o conjunto de serviços de infraestrutura que envolve o abastecimento de água, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais urbanas. O saneamento básico traz benefícios para as pessoas e interfere no desenvolvimento socioeconômico do país, contribuindo com a prevenção de doenças, redução da mortalidade infantil e na preservação do meio ambiente. Devido à grande importância do assunto, analisamos separadamente este componente da dimensão socioeconômica.

Antigamente, a água utilizada para várias finalidades pela comunidade, inclusive para beber, era obtida de olhos d'água, igarapés e do rio Tocantins. Após algum tempo os representantes eleitos mandaram construir poços comunitários, hoje desativados. Atualmente é distribuída pelo sistema de abastecimento que cobra uma taxa de R\$ 15,00 (quinze reais) por residência. Segundo informações prestadas por Sesginando Arnoud, 59 anos, responsável pelo sistema, 367 domicílios recebem água encanada e 07 utilizam água de poço artesiano próprio.

As residências atuais possuem banheiro interno equipado com vaso sanitário que despejam o esgoto em fossas sépticas, melhorando consideravelmente a higiene, se comparado aos sanitários de anos atrás, geralmente localizados nos fundos dos quintais, onde os excrementos eram despejados diretamente em um buraco escavado no solo, provocando mau cheiro e atraindo insetos vetores de doenças.

A coleta de resíduos sólidos produzidos pela comunidade é realizada três vezes na semana, com a utilização de três “carrocinhas” puxadas por motocicleta. O descarte a céu aberto é feito em uma área conhecida por “lixão” distante mais ou menos quatro quilômetros da comunidade.

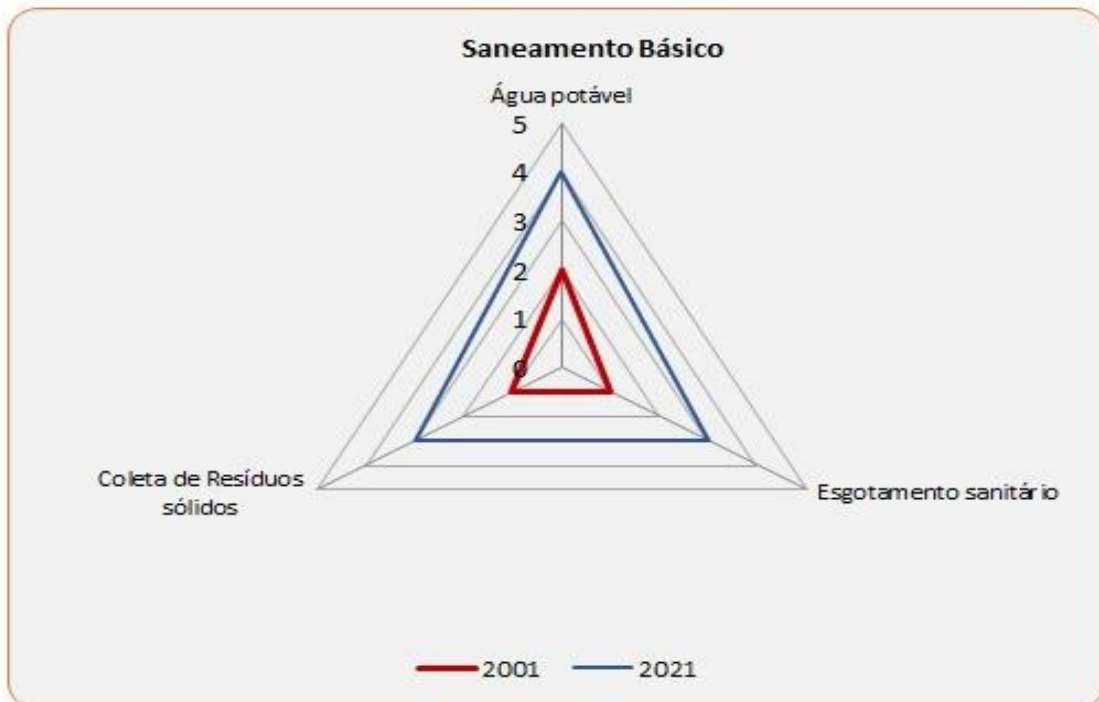
Com a implantação de práticas básicas, envolvendo água encanada, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos, o saneamento básico contribuiu positivamente para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade, proporcionando melhoria na qualidade de vida dos seus moradores, conforme o índice apresentado na tabela 2.

Tabela 2 – Condições Saneamento Básico

Condições de Saneamento Básico	Ano Referência	Ano Atual
	2001	2021
Água potável	2	4
Esgotamento sanitário	1	3
Coleta de Resíduos sólidos	1	3
Índice de saneamento básico	0,13	0,33

Fonte: autores, (2021)

Figura 16 – gráfico 2: Saneamento Básico



Fonte: autores, (2021)

6.3 Dimensão Cultural após aplicação do SEA – Análise Regressiva Socioeconômica e Ambiental.

A cultura tradicional herdada de seus ancestrais, ainda que praticada com menor intensidade, continua presente na vida dos remanescentes, sobretudo na dos mais idosos que tentam repassá-la aos mais jovens. Existem várias formas de expressá-la, seja através das atividades desenvolvidas no dia a dia (produção de farinha, remédios caseiros, fabricação de paneiros e utensílios de pesca, dentre eles o matapi, usado na captura de camarões, o cacuri usado na captura de peixes e outras) ou por meio de outros costumes onde se inclui a dança, representada pelo samba de cacete, que segundo os entrevistados, acontecia sempre que iam trabalhar na roça, quando faziam convidados para o plantio e na volta vinham cantando e batendo tambor até o barracão da comunidade, aonde a dança continuava noite à dentro. A cultura ancestral também é notada na festividade de Santo Agostinho (padroeiro dos agricultores) realizada em julho e no Círio da Santíssima Trindade, que ocorre em agosto.

Aspectos culturais da comunidade

Figura 17 - Casa do forno



Fonte: autores, (2021)

Figura 18 - confecção matapi



Fonte: autores, (2021)

Figura 19 - Samba de Cacete



Fonte: internet.

Figura 20-Festividade do círio



Fonte: morador de Umarizal

Figura 21-Fabricação de cacuri



Fonte: autores, (2021)

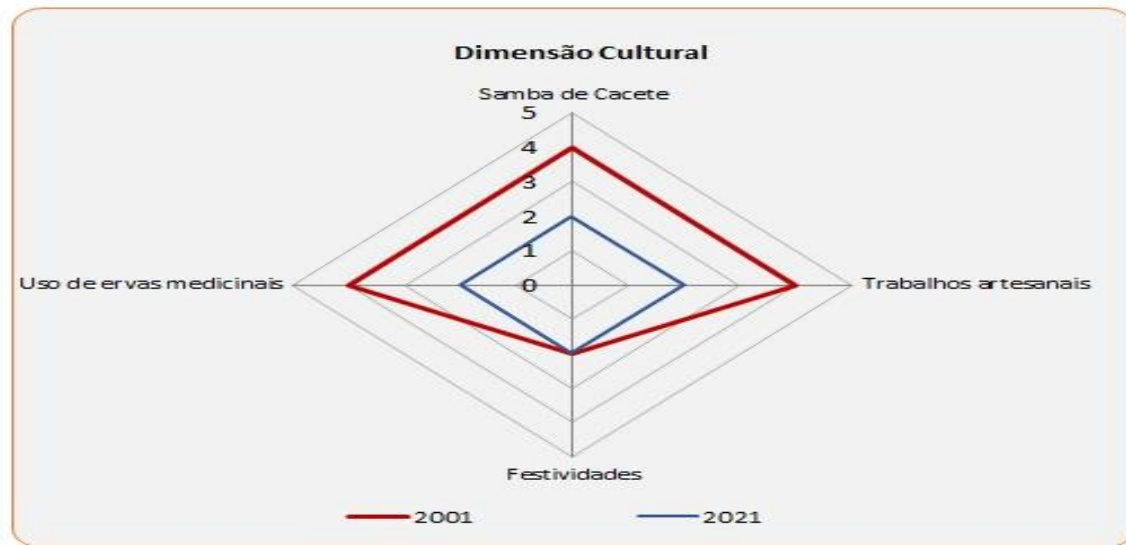
A cultura tradicional vem apresentando nos últimos anos perdas consideráveis. Como exemplos, o samba de cacete que acontecia ao final dos plantios das roças e atualmente é apresentado esporadicamente. O artesanato em suas diversas formas (paneiros, matapi, peneiras, tipiti, etc...) é praticado por poucos, principalmente pelos mais idosos, pois, os jovens não demonstram interesse em aprender o ofício. Outra prática que sofreu expressiva redução é o uso de ervas medicinais na produção de remédios caseiros, hoje substituídos por medicamentos produzidos pela indústria farmacêutica. Porém, as festividades de Santo Agostinho e o Círio da Santíssima Trindade continuam inalteradas conforme Tabela 03 e gráfico 03.

Tabela 3 – Dimensão Cultural

Dimensão Cultural	Ano Referência	Ano Atual
	2001	2021
Samba de Cacete	4	2
Trabalhos artesanais	4	2
Festividades	2	2
Uso de ervas medicinais	4	2
Índice Cultural	0,47	0,27

Fonte: autores, (2021)

Figura 22 – gráfico 3: Dimensão Cultural



Fonte: autores, (2021)

7 CONCLUSÃO

Após a aplicação de técnicas de geoprocessamento, que possibilitaram a elaboração dos mapas comparativos entre os anos 2001 e 2021, e após analisá-los, verificou-se alterações na fisionomia do território físico, resultantes de ações antrópicas, principalmente pela expansão do núcleo urbano, de maneira desordenada sobre áreas anteriormente ocupadas por castanheiras. Também, notaram-se impactos negativos sobre a reserva, onde constatamos uma área de conflito provocado por uma posse individual, que lá não poderia se instalar, por tratar-se de uma área protegida por lei.

Após a aplicação do **SEA** – Análise Regressiva Socioeconômica e Ambiental, constatou-se que:

-A dimensão socioeconômica da comunidade apresentou melhorias no período estudado, com destaque para o saneamento básico, renda, transporte, educação e habitação.

-A dimensão cultural apresentou declínio, verificado após avaliação dos atributos dança do samba de cacete, trabalhos artesanais e uso de ervas medicinais.

Portanto, diante dos resultados apresentados pelo estudo, pode-se concluir que entre os anos 2001 e 2021, Umarizal sofreu alterações que impactaram seu território, bem como apresentou mudanças nas dimensões socioeconômica e cultural, mudanças essas, que gradativamente vão modificando costumes e o modo de vida local.

8 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemberg. XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Conhecimento histórico e diálogo social**. Natal/RN 22 a 26 jul. 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364781780_ARQUIVO_ArtigoRozembergAlmeida.pdf Acesso em: 22 fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=4887&ano=2003&ato=d43MTVE5EeRpWTf21>. Acesso em 27 set. 2021.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 5.975 de 30 de novembro de 2006. Regulamenta os arts. 12, parte final, 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, o art. 4º, inciso III, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, o art. 2º da Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, altera e acrescenta dispositivos aos Decretos nºs 3.179, de 21 de setembro de 1999, e 3.420, de 20 de abril de 2000, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5975.htm Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL. Lei 11.445 de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em https://www.epsjv.fiocruz.br/files/lei_11445-07 Acesso em: 18 jan. 22.

EMBRAPA TERRITORIAL. **Satélites de Monitoramento**. Campinas, 2018. Disponível em: www.embrap.br/satelites-de-monitoramento. Acesso em 16 fev. 2022.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Disponível em: <https://www.palmars.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/certificadas-13-05-2019.pdf> Acesso em: 21 dez. 2021.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Regularização territórios quilombolas**

Disponível em: https://www.palmars.gov.br/?page_id=538 Acesso em: 06 fev. 2022.

FURTADO, Marcela Brasil; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; ALVES, Candida Beatriz. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: **uma leitura a partir da psicologia cultural**. **Psicologia & Sociedade**. 2014. p. 114. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/7m7spDq5Xm6vNYFqmh89X7g/?lang=pt> Acesso em: 14 fev. 2022.

GABRIEL, E. F. M; CARVALHO, L.C. de; ROCHA, V. M. de Souza; SCALIZE, P. C. ESTUDO SECUNDÁRIO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO, DA QUALIDADE DA ÁGUA E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO BRASIL. **San Rural artigo acadêmico**. Set. 2018. Disponível em:

<https://sanrural.ufg.br/blog/2018/09/18/estudo-secundario-do-perfil-socioeconomico-da-qualidade-da-agua-e-destinacao-dos-residuos-solidos-das-comunidades-quilombolas-do-brasil/> Acesso em: 14 fev. 2022.

INCRA. **Regularização de Território Quilombola**. Perguntas e Respostas. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf Acesso em: 10 fev. 2022

LOPES, C.J.O. **O território quilombola de Araquembaua: titulação, mudanças e permanências**. *Revista Cerrados – Montes Claros/MG*, v. 15, n.1 p. 196-213, jan./jun. 2017. Disponível

em:<https://www.google.com/search?q=o+territo%C3%B3rio+quilombola+de+araquembaua%3A+titula%C3%A7%C3%A3o%2C+mudan%C3%A7as+e+permanencias&oq=&aqs=chrome.0.35i39i362l8.95782056j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8> Acesso em: 12 fev. 2022.

LOPES, Jeniffer. Unidade Básica de Saúde “Tia Zinha”. **Notas caderneta de campo**. 27 maio, 2021. (informação verbal).

OLIVEIRA, J. L. de; VASCONCELOS, M. A.M.; BITTENCOURT, P. C. S.; GUERREIRO, C. M. Evaluation of the impacts of the macrodrainage Works of the Tucunduba river: case study of the community of Pantanal – Belém, Brazil. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS)**. Vol. 6, ed. 2, fevereiro, 2019.

Disponível em:

[https://www.google.com/search?q=OLIVEIRA%2C+J.+L.+de%3B+VASCONCELOS%2C+M.+A.M.%3B+BITTENCOURT%2C+P.+C.+S.%3B+GUERREIRO%2C+C.+M.+Evaluation+of+the+impacts+of+the+macrodrainage+Works+of+the+Tucunduba+river%3A+case+study+of+the+community+of+Pantanal+%E2%80%93+Bel%C3%A9m%2C+Brazil.+International+Journal+of+Advanced+Engineering+Research+and+Science+\(IJAERS\).+Vol.+6%2C+ed.+2%2C+fevereiro%2C+2019.&oq=OLIVEIRA%2C+J.+L.+de%3B+VASCONCELOS%2C+M.+A.M.%3B+BITTENCOURT%2C+P.+C.+S.%3B+GUERREIRO%2C+C.+M.+Evaluation+of+the+impacts+of+the+macrodrainage+Works+of+the+Tucunduba+river%3A+case+study+of+the+community+of+Pantanal+%E2%80%93+Bel%C3%A9m%2C+Brazil.+International+Journal+of+Advanced+Engineering+Research+and+Science+\(IJAERS\).+Vol.+6%2C+ed.+2%2C+fevereiro%2C+2019.&aqs=chrome..69i57.24277j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=OLIVEIRA%2C+J.+L.+de%3B+VASCONCELOS%2C+M.+A.M.%3B+BITTENCOURT%2C+P.+C.+S.%3B+GUERREIRO%2C+C.+M.+Evaluation+of+the+impacts+of+the+macrodrainage+Works+of+the+Tucunduba+river%3A+case+study+of+the+community+of+Pantanal+%E2%80%93+Bel%C3%A9m%2C+Brazil.+International+Journal+of+Advanced+Engineering+Research+and+Science+(IJAERS).+Vol.+6%2C+ed.+2%2C+fevereiro%2C+2019.&oq=OLIVEIRA%2C+J.+L.+de%3B+VASCONCELOS%2C+M.+A.M.%3B+BITTENCOURT%2C+P.+C.+S.%3B+GUERREIRO%2C+C.+M.+Evaluation+of+the+impacts+of+the+macrodrainage+Works+of+the+Tucunduba+river%3A+case+study+of+the+community+of+Pantanal+%E2%80%93+Bel%C3%A9m%2C+Brazil.+International+Journal+of+Advanced+Engineering+Research+and+Science+(IJAERS).+Vol.+6%2C+ed.+2%2C+fevereiro%2C+2019.&aqs=chrome..69i57.24277j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8) Acesso em: 13 fev. 2022.

PARÁ. Lei Estadual nº 6462, de 04 de julho de 2002. **Dispõe sobre a Política Estadual de Florestas e demais Formas de Vegetação e dá outras providências**. Palácio do Governo, 4 de julho de 2002. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/2002/07/04/9762/> Acesso em 24 dez. 21.

PINTO, B. C. DE M.; DE PINHO, V. A.; GRANDO, B. S. HISTÓRIA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO DOS REMANESCENTES QUILOMBOLAS DE BOA ESPERANÇA - PARÁ. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 37, p. 115-138, 23 set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/46280/26485> Acesso em: 28 set. 2021.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes; COSTA, João Paulo Alves; DOMINGUES, Andrea Silva. HISTÓRIA, CULTURA E RESISTÊNCIA NEGRA NA AMAZÔNIA TOCANTINA, NO PARÁ – BRASIL. **E-Revista de Estudos Interculturais** do CEI-ISCAP. Porto, nº 8, p. 01-25, mai. 2020. Disponível em: https://www.iscap.pt/cei/e-rei/n8/artigos/B.C.Moraes.Pinto-J.P.Alves.Costa-A.S.Domingues__Historia-Cultura-e-Resistencia-Negra-na-Amazonia-Tocantina-no-Para-Brasi.pdf. Acesso em: 15 Set. 2021.

RODRIGUES, Uilian Pavanato; FROEHLICH, José Marcos; CASTOLDI, Maéli Tuani; HUBNER, Jenifer. **IX Seminário Internacional sobre Desenvolvimento regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais**. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 11 a 13 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=ix+semin%C3%A1rio+internacional+sobre+desenvolvimento+regional&oq=ix+Semin%C3%A1rio+Internacional+sobre&aqs=chrome.1.69i57j0i22i30.30591j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8> Acesso em: 14 fev. 2022.

SOARES de Sousa, Joatan SABERES TRADICIONAIS DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE UMARIZAL (BAIÃO/PA) / Joatan Soares de Sousa. — 2018 101 f.: il. Color Disponível em <http://ppgeduc.propesp.ufpa.br>joatan.pdf> Acesso em: 10 dez. 21.

SOUSA, Rafaela. **Ações antrópicas no meio ambiente**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/acoes-antropicas-no-meio-ambiente.htm>. Acesso em: 16 fev. 2022.

9 APÊNDICE (Registros fotográficos)

Apêndice 01 – entrevista Sra. Deumitila



Apêndice 02 – produção de cacuri



Fonte: autores, 2021

Apêndice 03 – tronco castanheira derrubada



Fonte: autores, 2021

Apêndice 04 – visita à reserva Castanhal



Fonte: autores, 2021

Apêndice 05 – roça de mandioca



Fonte: autores, 2021

Apêndice 06 – casa de farinha



Fonte: autores, 2021

Apêndice 07 – igreja Santíssima Trindade



Fonte: autores, 2021

Apêndice 08 – Salão comunitário



Fonte: autores, 2021

Apêndice 09 – manipulação da mandioca



Fonte: autores, 2021

Apêndice 10 – ramal de acesso à comunidade



Fonte: autores, 2021

